

INTERFACES DA (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: UM ESTUDO NO MUNICÍPIO DE JAPARATUBA/SE¹

Arlane Santos de Lima²

RESUMO

A conformação e funcionamento do sistema agroalimentar atualmente hegemônico demarcam cenários de iniquidades sociais e ambientais que associam-se às interfaces da Insegurança Alimentar e nutricional. Assim, a desigual distribuição de terras e, conseqüentemente, de renda mostra-se como ponto fundamental à investigação desta conjuntura. O objetivo do presente trabalho é apresentar as análises iniciais sobre a construção social da (in)segurança alimentar e nutricional no município de Japaratuba/SE, como parte de pesquisa em desenvolvimento no curso de mestrado. A metodologia foi pautada em revisões bibliográficas, pesquisas documentais, acesso à base eletrônicas para a coleta de dados secundários, entrevistas com representantes da secretaria municipal de agricultura e meio ambiente, bem como aplicação de questionário semi-estruturado junto aos migrantes desse município em direção a outros estados. Os resultados apontam o avanço da cana-de-açúcar e que os cultivos alimentares estão à margem dessa produção. Foi igualmente observado as conseqüências do uso exarcebado de agrotóxicos nos monocultivos e o rebatimento no meio ambiente. Foi apurado que 60% da população local possui renda percapita de até meio salário-mínimo, quadro que sugere entraves na garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, como também delinea formas de compreender o movimento migratório interestadual observado no território. Sob este panorama, podemos considerar a combinação desses elementos que resultam na ameaça da garantia à uma alimentação adequada em termos quantitativos e qualitativos e conseqüentemente do avanço da insegurança alimentar nutricional.

Palavras-chave: Sistema agroalimentar hegemônico, Concentração fundiária, Agronegócio, Desigualdades sociais, Migração.

RESUMEN

La forma y el funcionamiento del sistema agroalimentario actualmente hegemónico demarcan escenarios de desigualdades sociales y ambientales que se asocian a las interfaces de inseguridad alimentaria y nutricional. Así, la distribución desigual de la tierra y, conseqüentemente, de la renta es un punto fundamental en la investigación de esta situación. El objetivo de este trabajo es presentar los primeros análisis sobre la construcción social de la (in)seguridad alimentaria y nutricional en el municipio de Japaratuba/SE, como parte de una investigación que se está llevando a cabo en el marco de una maestría. La metodología se basó en revisiones bibliográficas, investigación documental, acceso a bases de datos electrónicas para recopilar datos secundarios, entrevistas con representantes del departamento municipal de agricultura y medio ambiente, así como en la aplicación de un cuestionario

¹ Este trabalho resulta de uma pesquisa de mestrado desenvolvida no Programa de pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) sob financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e orientação da Prof^a Dr^a Sônia de Souza Mendonça Menezes.

² Mestranda em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), arlanelim@gmail.com

se estruturou a migrante de este município a otros estados. Los resultados apuntan al avance de la caña de azúcar y al hecho de que los cultivos alimentarios están al margen de esta producción. También se señalaron las consecuencias del uso excesivo de plaguicidas en los monocultivos y el impacto en el medio ambiente. Se constató que el 60% de la población local tiene una renta per cápita de hasta medio salario mínimo, situación que sugiere obstáculos para garantizar la seguridad alimentaria y nutricional, además de esbozar formas de entender el movimiento migratorio interestatal observado en la zona. Desde esta perspectiva, podemos considerar la combinación de estos elementos que resultan en una amenaza a la garantía de una alimentación adecuada en términos cuantitativos y cualitativos y, consecuentemente, el avance de la inseguridad alimentaria nutricional.

Palabras clave: Sistema agroalimentario hegemónico, Concentración de la tierra, Agronegocios, Desigualdades sociales, Migración.

INTRODUÇÃO

O tema fome tem ganhado destaque no cenário mundial a partir de discussões tanto a nível local como também no debate entre os líderes mundiais. Um importante indicativo deste panorama diz respeito aos objetivos da agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que evidenciam uma ação de reconhecimento por parte dos estados de que a Insegurança Alimentar e Nutricional (IAN) é um problema diagnosticado e que necessita ser combatido através de ações descentralizadas no sistema agroalimentar. Ademais, é necessário abordar que as discussões acerca da fome e das demais formas de IAN surgem atreladas a uma conjuntura complexa de iniquidades sociais e ambientais. Neste sentido, a busca por mudanças não deve ser pontual, sendo assim impeditivas da valorização das interfaces centrais, mas sobretudo sistêmicas, fato que indica a necessidade de mudanças estruturais.

O modo como o sistema agroalimentar hegemônico se conformou e segue se estabelecendo aponta uma série de desafios a serem superados para transição rumo ao pleno Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), visto que esta diretriz prevê os termos quantitativos e qualitativos do consumo alimentar. Sob uma análise dos resultantes/estruturantes deste sistema dominante, a principio elenca-se a concentração fundiária e seu papel na distribuição de riquezas. Por conseguinte, considera-se as consequências desta mesma conjuntura no viés ambiental e climático. As áreas dominadas pelo agronegócio são utilizadas para a manutenção do modelo agrícola intensivo que estrutura-se sobre ações como o desmatamento, utilização exacerbada dos recursos hídricos, emprego de agrotóxicos e transgênia. Neste sentido, estabelecem-se como espaços promotores de desequilíbrio ecológico e climático.

Ao respaldar-se na problemática exposta, este trabalho objetiva apresentar as discussões iniciais sobre a análise da construção social da (in)segurança alimentar e nutricional no

município de Japarutuba. O lócus estudado é marcado pela concentração fundiária, tal fato reflete a sua posição como um dos maiores produtores de cana-de-açúcar do estado de Sergipe, assim como no panorama apontado pelo IBGE de que 50,1% da sua população possuía renda per capita de até meio salário mínimo no ano de 2010³. Essa porcentagem revela que Japarutuba ocupava neste período a terceira posição, entre os nove municípios do leste de Sergipe, no *ranking* de quantitativo populacional em estágio de “baixa renda”.

Para além destas considerações iniciais, o presente artigo se estrutura em mais quatro seções: na primeira, são apresentados os caminhos metodológicos que permitiram a conformação da pesquisa; em seguida, é realizada uma discussão teórica baseada nos conceitos-chave para a estruturação das análises: sistemas alimentares, iniquidades sociais, ambientais, (in)segurança alimentar e nutricional e DHAA; na terceira, são abordados os resultados preliminares do estudo; por fim, são tecidas algumas considerações sobre o percurso da pesquisa, seguido pela listagem das referências consultadas.

METODOLOGIA

A metodologia deste artigo pautou-se, primeiramente, em uma revisão bibliográfica que corroborou às análises sobre o sistema agroalimentar hegemônico e suas interfaces com as iniquidades sociais e ambientais. Ademais, foram realizadas pesquisas documentais e acesso à base *onlines* para a coleta de dados secundários. Neste sentido, foram consultadas pesquisas do IBGE, da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança alimentar (Rede PENSSAN), bem como levantamentos do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome.

Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas junto a representantes da Secretaria Municipal de Agricultura, pecuária, pesca e meio ambiente de Japarutuba. Para além disso, catalogamos informações sobre a Multifuncionalidade da Agricultura Familiar (2021-2022) em comunidades rurais do município junto à agricultores familiares, o que também contribuiu para o encaminhamento dos resultados preliminares deste estudo.

Outrossim, também foi realizada uma pesquisa exploratória junto a 42 munícipes que migraram de Japarutuba nos últimos anos. A técnica para a seleção desta amostra se constituiu pela *snowball* (VINUTO, 2014), naquilo que um participante indicava um novo e pelo alcance da saturação das respostas interrompia-se a abordagem. Pela impossibilidade de interação

³ No momento da escrita deste trabalho, os dados da operação censitária de 2022 sobre o quantitativo populacional municipal em estágio de baixa renda ainda não se encontravam disponíveis.

presencial com este grupo populacional, todos os contatos foram realizados via *WhatsApp* e *Instagram*. Confirmou-se o perfil da pessoa contatada ao delineamento da pesquisa, explicou-se os objetivos da etapa de estudo e, com o aceite a participar, era encaminhado o *link* para o preenchimento do questionário no aplicativo *Google Forms*.

Por fim, fora realizada a tabulação dos dados primários e secundários coletados. Para a análise das informações, considerou-se reflexões sobre a conformação e funcionamento dos sistemas agroalimentares hegemônicos e sua capacidade de, em um cenário estruturado por desigualdades, fomentar a condição de IAN em determinados – não isolados - grupos sociais.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os caminhos para tratar sobre a fome no Brasil passam impreterivelmente pelas contribuições de Josué Apolônio de Castro, autor da obra “Geografia da fome” lançada originalmente no ano de 1946. Como médico, pesquisador, professor, político e escritor, por meio das suas obras, foi capaz aprofundar um assunto considerado, em suas próprias palavras, como “delicado e perigoso”.

Castro se posicionou frente ao argumento de que havia explicações para o fato da fome não ocupar os espaços de debate. Identificou que o âmago desta lacuna se pautava nos preceitos morais que circundavam o fenômeno, assim como nos interesses das classes dominante. O autor refletiu que a fome, alimentar e sexual, expressas como extintos primários, não se faziam temas aceitáveis para uma sociedade de cultura racionalista: a razão era de cunho social, enquanto os instintos, de natureza animal. No que concerne aos interesses das classes dominantes, concluiu que para a classe dominante o sistema agroalimentar deveria atender à questões econômicas próprias, não sendo vislumbrada preocupação com a saúde pública. (CASTRO, 2008).

Em um cenário que passa a valorizar as discussões sobre esta problemática, de acordo com Ribeiro Júnior (2021), a divulgação do relatório “Pobreza e fome: questões e opções para a segurança alimentar nos países em desenvolvimento”, publicado pelo Banco Mundial em 1986, explicitou a substituição, já em curso, do termo fome por Insegurança Alimentar. Neste caminho aberto à construção de debates, em 1996, a Assembleia da ONU estabeleceu o Pacto Internacional Sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), o qual veio reconhecer os direitos humanos básicos, tendo em vista o estabelecimento de um padrão de vida digno. O DHAA é um dos pontos contidos no pacto e, em 2002, ganhou uma nova definição que se tornou fundamental na busca de sua plena realização. Jean Ziegler, Relator especial da ONU para o direito à alimentação, definiu o DHAA como:



[...] o direito de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, à alimentação adequada tanto quantitativa quanto qualitativamente, correspondente às tradições culturais do povo a quem o consumo pertence e que garanta uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva. (BURITY et al, 2010, p. 15)

Neste panorama, para efetivação do DHAA as políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) são imprescindíveis. No Brasil, a SAN é conceituada a partir do artigo 3º da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) de 2006 e, posteriormente, dá origem ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). De tal maneira, a SAN é definida como a

[...] realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde e que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e sustentáveis (Brasil, 2006, Art. 6)

O primeiro objetivo da agenda 2030 estabelece como discussão central “erradicar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares”. O ODS de número 02 direciona-se orienta o desenvolvimento de uma agricultura sustentável, a urgência do tratamento do tema em escala global (ONU, 2016). Cruz (2020) ao analisar os ODS sob a perspectiva dos sistemas alimentares, explicita a importância de se considerar outros objetivos, os quais incluem aspectos como garantia a uma vida saudável e ao bem-estar (ODS 03); disponibilidade e a gestão da água, assim como o acesso à saneamento (ODS 06); promoção de padrões de produção e de consumo sob o viés da sustentabilidade (ODS 12); tomada urgente de medidas para o combate às mudanças climáticas e as suas consequências (ODS 13).

Por ter sido elaborada em 2015, a agenda 2030 aponta indicadores sobre os possíveis avanços em direção a cada um dos objetivos propostos. O VII Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 para o Brasil, publicado em 2023, avalia as metas que estruturam os ODS no país e indicam que 102 (60,35%) se encontram em estágio de retrocesso; 14 destas (8,28%) estão ameaçadas; 16 (9,46%) estagnadas em relação ao ano posterior; 29 (17,1%) apresenta progresso insuficiente; 3 (1,77%) progresso satisfatório; 4 (2,36%) não apresentam dados suficientes para a análise.

Ao enfatizar o ODS 02, que trata diretamente do tema da (in)segurança alimentar, segundo a Rede PENSSAN, em 2022, cerca de 33,1 milhões de pessoas estavam em situação de IAN grave, demonstrado cenários onde o alimento e os recursos financeiros para a compra do mesmo se tornam inexistentes.

A discussão sobre DHAA e SAN se imbricam, de modo a apontar o enfrentamento das problemáticas presentes, como também a estruturação de conjunturas futuras onde a alimentação suficiente e saudável seja garantia aos diferentes grupos. Contudo, também despertam a necessidade de debates sobre a conformação e funcionamento dos sistemas agroalimentares atualmente hegemônicos. Nesta perspectiva, enfatizando o caso brasileiro, indica-se que o cerne das discussões inicia-se no tratamento sobre a desigual distribuição fundiária e como esta conjuntura é base que sustenta, sincronicamente, as raízes das desigualdades socioeconômicas e o modelo agroexportador que tende a reforçar essas iniquidades.

Souza, Santos e Menezes (2019, p. 159) asseveram que “o não acesso à terra por parte da classe trabalhadora, que em parte não possui alternativas de reprodução, além da venda da sua força de trabalho, promove a geração de mercadorias que não são, ao menos em sua maioria, apropriada por eles”. Também recorremos a Gonçalves (2013) para refletir sobre o processo de separação estabelecido pelo capitalismo entre indivíduos e os recursos naturais, pois ao se tornar privado é também mercantilizado. Gonçalves (2013) sustenta que ao ter por base uma sociedade pautada na propriedade privada, não se torna difícil perceber a correlação entre riqueza – monetária – e as consequências ambientais, o que sobre nossa análise também não se faz dissociada das consequências sociais.

A abordagem realizada por Ribeiro Junior (2021) sobre a fome como processo frente à reprodução capitalista, surge como aporte fundamental no presente estudo. Ao tomar por base os números levantados por pesquisas do IBGE e da Rede PENSSAN, observa-se que a fome não é um fenômeno pontual e que a pandemia do COVID-19, ao registrar acentuados índices de IAN, somente escancarou um cenário enraizado no processo de acumulação capitalista. Assim, o risco da fome (insegurança alimentar leve) e a fome (insegurança alimentar moderada ou grave) acontecem de forma simultânea e fazem parte da engrenagem da reprodução social capitalista. Em vista disso, é demonstrado como os indivíduos, expropriados dos meios de produção e subsistência, são impulsionados a vender a sua força de trabalho, além de conformar um exército de reserva que aceitam condições de pagamento precárias e impeditivas de manter uma alimentação adequada. Ademais, ainda explicita a ligação entre o salário mínimo no país e os índices de IAN, concluindo que o salário-mínimo no Brasil se configura como um “salário de fome” (RIBEIRO JUNIOR, 2021).

Ainda relacionado à produção, distribuição, circulação e consumo dos alimentos, Salles-Costa et. al. (2022) assevera como os sistemas alimentares hegemônicos configuram um cenário onde benefícios e danos gerados em seu bojo são distribuídos de modo díspar na sociedade. Os

autores inferem que ao mesmo tempo em que este sistema é consideravelmente benéfico às classes dominantes que ali atuam, é igualmente prejudicial aos que se estabelecem à sua margem. Na perspectiva do que fora exposto, afirma-se, sobretudo, que o viés econômico é o guia neste estágio de mercado. A lógica dominante fomenta a cadeia de mercadorias e, nesta conjuntura, os grãos e demais cultivos não são vistos sob sua primordial função: nutrir seres humanos. A produção que então se apresenta é comercializada nos mercados internacionais tendo objetivo de auferir lucros.

Como posto por Maluf e Reis (2013, p. 32), é entendido que ao mesmo passo que os sistema agroalimentar mundial demonstra capacidade de produção abundante de alimentos, não impede que a fome e desnutrição cresça ou mesmo aumento no mundo. Sob este panorama, ainda alerta-se sobre a crescente subordinação dos indivíduos a este sistema e às suas artimanhas de tornar os alimentos ultraprocessados a melhor opção para quem deseja “uma alimentação diversificada a valores acessíveis”. Por fim, é também urgente discutir que a lógica do agronegócio, à luz do alimento como mercadoria, fomenta a homogeneização e padronização dos hábitos alimentares, fragilização das produções locais, distanciamento dos consumidores da origem dos alimentos e incidência de quadros de obesidade, bem como de doenças crônicas não transmissíveis (MACHADO; OLIVEIRA E MENDES; 2016; ROVER E DAROLT; 2021; CASARIL E CASARIL; 2005; BURITY, et al.; 2010)

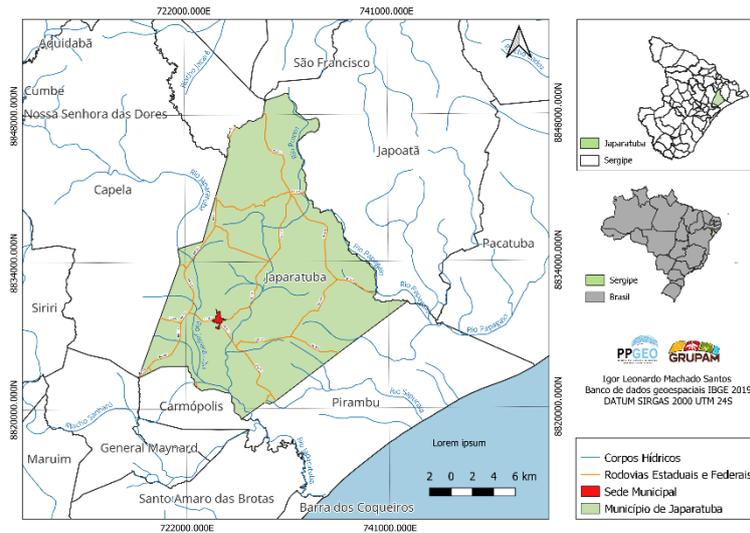
Diante da reflexão trazida nesta seção, será apresentado seguidamente o território do estudo e resultados preliminares da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Japaratuba (figura 1) localiza-se no leste do estado de Sergipe e ocupa uma área de 365,677 km² (IBGE, 2022). Limita-se com o município de Japoatã ao norte; ao sul com o município de Capela; a leste com o município de Pirambu; e a oeste com os municípios de Capela e Muribeca. Dista da capital do estado em 51km e as principais vias de acesso ao seu território são a BR-101; SE-449; e a SE-100.

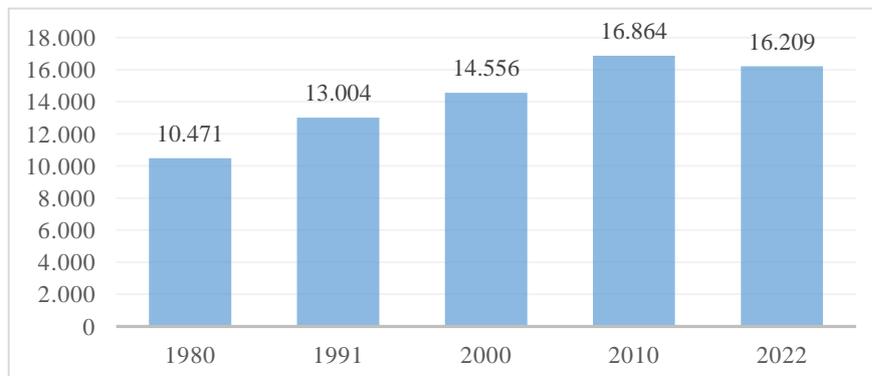


Figura 01 – Mapa de localização do município de Japarutuba/SE



Segundo IBGE, em 2010 a população do município era composta por 16.864 habitantes, registrando assim uma densidade demográfica de 46,22 habitantes por Km². Neste período, 8.961 pessoas habitavam na sede municipal e 7.903 em zonas rurais. A população de sexo masculina era de 8.388 e a de sexo feminino 8.476, demonstrando assim sutil diferenciação do quantitativo geral entre os grupos. Para o ano de 2021, o instituto apresentou uma estimativa populacional de 19.067, contudo, os primeiros dados das pesquisas de 2022 sobre o município revelaram um decréscimo populacional de -3,88%, totalizando assim 16.209 habitantes. Como demonstrado no gráfico 01, a população do município seguiu em ritmo de crescimento entre os anos de 1980 a 2010 e somente em 2022 registrou diminuição. Inference-se, como uma das razões para este quadro, o processo migratório interestadual observado na localidade.

Gráfico 01 – Japarutuba/SE: População residente (1980-2022)



Fonte: IBGE – Censo demográfico (1980-2022). Organização: LIMA, Arlane Santos de

Como objetivo de traçar um estudo exploratório acerca deste movimento, fora aplicado um questionário semi-estruturado com dezenas de indivíduos que residiam em Japaratuba e que, atualmente, se encontram em outros estados da federação.

O *google forms* foi a ferramenta utilizada para a estruturação do questionário. A plataforma se mostrou com um instrumento eficiente para a análise das informações coletadas, visto que mensurava os dados e, de forma instantânea, permitia o acesso à quantidade e porcentagem em questões de múltipla escolha. A forma de abordagem se pautou nos aplicativos *whatsApp* e *Instagram*, dos quais o primeiro viabilizou o maior número de contato, dada a facilidade de localizar pessoas com este perfil, através da técnica *snowboll*, em menos de 24 horas, 78 sujeitos foram convidados, de forma direta, a serem respondentes. Destes, cerca de 54% responderam o questionário, o que fixou a taxa de participação em 42 pessoas. Optou-se por não abordar um maior número de pessoas em virtude da saturação das respostas em questões abertas, o que indicou um panorama suficiente para o que fora objetivado inicialmente: um estudo exploratório. A amostragem de amostra não-probabilística deste estudo indica formas de compreensão do processo estudado, contudo invalida qualquer tipo de generalização ao *locus* estudado, assim como é afirmado por Vinuto (2014) em referência às considerações de demais autores sobre a técnica *snowboll*.

Dentre os 42 participantes, 27 residiam no espaço rural e 15 na sede municipal. Em relação à distribuição no território brasileiro, foram identificados como estado de residência atual os estados do: Paraná, Goiás, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pará, Alagoas e Santa Catarina que totalizou 74% dos entrevistados. As respostas indicaram também que 70% migrou com a faixa etária de 18 e 24 anos, o que reflete jovens que concluíram o ensino médio e buscam novas possibilidades de crescimento profissional e intelectual. No tocante aos motivos que impulsionaram a migração do município, 97% dos participantes registram argumentações que enfatizavam questões como “falta de oportunidades, falta de emprego, crescimento profissional, busca da estabilidade financeira e de um futuro melhor”. Destaca-se que, no questionário, essa pergunta se apresentava aberta, de modo a não influenciar ou limitar as possibilidades de respostas dos participantes.

Foi demonstrado também que cerca de 55% dos indivíduos que migraram conseguiram um emprego em menos de um mês após sua chegada no estado receptor. Atualmente, 90,5% afirmam trabalhar com a carteira assinada; 81% indicam que estavam desempregados quando deixou o município, 12% enquanto trabalhavam em empregos informais e 7% no momento em que trabalhavam de carteira assinada. Toma-se como fundamental a constatação de que expressiva parcela dos participantes que migraram do município não encontraram formas de

reprodução socioeconômica, fato igualmente atrelado ao quantitativo populacional em situação de baixa renda no município.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, no mês de agosto de 2023, em Japarutuba, 7.216 pessoas se encontravam em situação de pobreza e 2.590 em estágio de baixa renda. Ao cruzar essas informações com o quantitativo populacional divulgado pelo censo 2022, evidencia-se assim que, dentre os 16.209 habitantes, 60% possuem renda igual ou menor que meio salário-mínimo. Como demonstrado nos estudos de Anjos (2018), Santos (2021) e nos relatório da Rede PENSSAN, os menores valores de renda podem estar associados à manifestação da IAN nos níveis leve, moderado ou severo.

Japarutuba, como um dos principais produtores de cana-de-açúcar, concentra a necessidade de mão obra para manejo do monocultivo, entretanto, com o avanço da mecanização o número de postos de trabalho gerado tem sido reduzido. Logo, têm-se neste panorama uma das poucas possibilidade de empregabilidade encontradas no município, para além dos cargos no setor público municipal. Ao não desejarem se submeter às funções da lavoura de cana, jovens e adultos enxergam na migração a possibilidade de alcançar sua reprodução socioeconômica além-fronteiras. Evidencia-se portanto, que a conformação do agronegócio no território de Japarutuba, dada a concentração fundiária manifestada, é também marco que delinea outros tipos de iniquidades, como os díspares quadros de acesso à renda e alimentação adequada entre os grupos sociais.

Se por um ângulo a concentração fundiária determina consequências sociais, é igualmente importante ressaltar que o modelo por esta sustentada causa efeitos sobre a produção de gêneros alimentícios e meio ambiente. É constatado por meio da Pesquisa de Produção Agrícola Municipal (PAM), que a cana-de-açúcar ocupa quantidade de área discrepante em comparação a demais cultivos. Em um análise que compreendeu a média de área plantada entre os anos de 2018 a 2022, observou-se que 38.426 ha foram ocupados pela cana-de-açúcar, enquanto cultivos alimentares como abacaxi, batata-doce, feijão e mandioca, abrangeram, respectivamente, uma média de 1.037 ha, 3.911 ha, 5.226 ha e 11.665 ha no mesmo período. Para manter ou mesmo avançar sobre novas áreas a indústria canavieira realiza suas propostas, de compra, arrendamento ou produção da cana para os agricultores. Alguns agricultores familiares deixam de cultivar os gêneros como a mandioca, macaxeira, milho, etc e sujeitam sua renda ao grande capital, o que na maioria das vezes não garante a sua reprodução socioeconômica, assim como a segurança alimentar e nutricional no núcleo familiar. A partir

de uma análise sobre a configuração espacial da geografia alimentar no estado de Sergipe, Menezes, Silva e Silva (2019 p. 13), inferem que

(...)Atualmente, Sergipe produz *commodities*, em detrimento da produção de gêneros alimentícios essenciais aos Sergipanos, como o arroz e o feijão. A substituição dos cultivos tradicionais por *commodities* contribuiu para o enfraquecimento da autonomia produtiva, da soberania alimentar e o aumento da dependência da alimentação imposta pelas empresas fornecedoras de alimentos industrializados. (MENEZES, SILVA E SILVA, 2019, p. 13)

Neste mesmo sentido, Carvalho e Oliveira (2021), ao analisar o agronegócio no Brasil, recorrem às formulações de Delgado (2012) para expressarem sobre a tríplice aliança de configuração deste modelo: estado, academia e mídia. À luz desta concepção, explicitamos que este país é alvo dos holofotes mundiais pelo “agro” que é “é pop, tech e tudo”. De forma antagônica, em um “jogo de aparências”, o mesmo também oculta que a sua produção agrícola de grande escala é, sobretudo, *commodities*, o que não configura base alimentar humana.

Sobre o viés ambiental, o monocultivo da cana-de-açúcar no município em questão compromete o rio Japaratuba e seus afluentes, tanto pelo desmatamento da floresta nativa, como pelo plantio nas áreas de mata ciliares, contaminação do solo e das águas por agrotóxicos, uso indiscriminado das águas para a irrigação. Almeida e Silva (2021), ao tratar sobre o hidroterritório da cana-de-açúcar e os conflitos pela/da água no município de Japaratuba/SE, evidenciam os cenários provocados por esta atividade. É apurado que as águas da bacia do Rio Japaratuba são utilizadas de forma indiscriminada para o monocultivo sobretudo para a atividade de irrigação. A consequência disso é observada, principalmente, na interferência de disponibilidade de água aos produtores rurais nos meses mais secos do ano.

Em conversa com representantes da Secretaria de agricultura e meio ambiente, fora constatada a preocupação no tratamento das questões ambientais do município. Entretanto, também se identificou a dificuldade enfrentada para a resolução dos problemas, visto a necessidade de articulações com Administração Estadual do Meio Ambiente de Sergipe (ADEMA) para a autuação às infrações ambientais.

Sob este panorama, observa-se como o paradigma do sistema agroalimentar hegemônico se alastra nos territórios e provoca iniquidades na esfera social e ambiental, o que tende a resultar, entre outras questões urgentes de debate, como os níveis de insegurança alimentar e nutricional em parcelas da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise aqui realizada demonstra como a conformação e funcionamento do sistema agroalimentar convencional associa-se à insegurança alimentar e nutricional através de múltiplas interfaces. O modo com os territórios são apropriados e postos à serviço do capital indica um ponto crucial para o entendimento das desigualdades sociais. Em Japarutuba, a estrutura fundiária se mantém concentrada, o que implica tanto em consequências sociais como ambientais. A desigual distribuição de terras demarca as iniquidades de distribuição de renda, o que, ao final do encadeamento, pode implicar em cenários onde a alimentação, em quantidade e qualidade adequada, não seja garantida.

No município, a expressiva porcentagem de indivíduos com renda de até meio salário mínimo indica possíveis explicações para o quadro migratório que têm-se observado. Dada as limitadas oportunidades de empregabilidade, jovens e adultos, eles são impulsionados a migrar para a garantir a sua reprodução socioeconômica em outros estados do Brasil, a exemplo de Santa Catarina. O decréscimo populacional registrado em Japarutuba entre 2010 e 2022, pode assim encontrar explicação neste processo de expulsão, o qual, diferente dos registrados em cenários críticos, acontece de maneira sutil.

Da mesma forma, a concentração de terras sob a posse de reduzidos proprietários fundiários liga-se a como o monocultivo da cana territorializa-se sobre vastas áreas do município. Nesta conjuntura, observa-se a marginalização de cultivos da dieta alimentar como a mandioca, feijão, milho, batata-doce. Ademais, esta atividade é ainda preocupante frente a conservação e preservação do meio ambiente local, visto que áreas de floresta nativa, mata ciliares e canais fluviais atingem níveis de degradação cada vez mais complexos.

Por fim, vale destacar a importância do avanço deste estudo, considerando o panorama aqui descrito e a necessidade de análise das demais interfaces da IAN no município de Japarutuba. Ao considerar a forma como os mecanismos de desigualdades se atrelam ao sistema agroalimentar hegemônico, é também importante que seja dado destaque às formas sustentáveis de produção e que em seu bojo expressem meios para a garantia da segurança alimentar e nutricional.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, José Vinícius; SILVA, Daniel. Almeida da. Mapeamento do hidroterritório da cana de açúcar e conflitos pela/da água no município de Japarutuba/SE. In **anais** do XII ENREHSE – Encontro de Recursos Hídricos em Sergipe. Aracaju: 2021. Disponível em: <https://anais.abrhidro.org.br/job.php?Job=6612>. Acesso em: 17 set. 2023.



ANJOS, Marília Santos dos. Insegurança alimentar e estado nutricional em uma comunidade urbana de Salvador. 67 pp. **Dissertação** (Mestrado) – Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/29076>. Acesso em: 06 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº. 11.346 de 15 de setembro de 2006. **Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional**. Diário Oficial da União 2006; 18 set. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm. Acesso em: 01 set. 2023.

BURITY, Valéria et al. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília: Abrandh, 2010. Disponível em: https://www.redsan-cplp.org/uploads/5/6/8/7/5687387/dhaa_no_contexto_da_san.pdf. Acesso em: 01 set. 2023.

CARVALHO, Jéssyca Tomaz de; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. O agronegócio no Brasil: o discurso da fração de classe reinante. **Revista Nera**. v. 24 n. 58. 2021. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/8082>. Acesso em: 04 nov. 2023.

CASARIL, Kérley Braga Pereira Bento; CASARIL, Carlos Cassemiro. A segurança alimentar e a fome no Brasil: contribuição ao debate. In: CASARIL, Kérley Braga Pereira Bento; PLEIN, Clério. **Segurança alimentar numa perspectiva multidisciplinar: contribuição ao debate brasileiro**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2005.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro - pão ou aço**. 20 ed. Rio de Janeiro:

CRUZ, Fabiana Thomé da. Governança de sistemas alimentares: perspectivas e oportunidades para a soberania e segurança alimentar e nutricional sustentáveis. In: PREISS, Potira; SCHNEIDER, Sergio (org.). **Sistemas Alimentares no Século XXI: debates contemporâneos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/211399>. Acesso em: 01 nov. 2023.

IBGE. **Censo demográfico - 1970-2010: características gerais da população** In: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática – tabela 200. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200#resultado>. Acesso em: 20 out. 2023.

_____. **Cidades e estados**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/se/japarutaba.html>. Acesso em: 20 out. 2023.

_____. **Produção Agrícola Municipal – 2015-2020**. In: Sidra: sistema IBGE de recuperação automática – tabela 1612. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1612#resultado>. Acesso em: 20 out. 2023.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. 2013.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030. 2023. **VII Relatório Luz da Sociedade Civil Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil**. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/relatorio-luz/relatorio-luz-do-desenvolvimento-sustentavel-no-brasil-2023/>. Acesso em: 05 nov. 2023.

RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa Ribeiro. A fome como processo e a reprodução social capitalista. **Boletim Paulista de Geografia**, n 105, 2021. Disponível em:



<https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/1992>. Acesso em: 18 out. set. 2023.

MACHADO, Priscila Pereira; OLIVEIRA, Nádia Rosana Fernandes de; MENDES, Áquilas Nogueira. O indigesto sistema do alimento mercadoria. **Saúde e Sociedade**. v. 25, n. 2. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/SL48V3NbbVNPNNRXybCqfQP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 out. 2023.

MALUF, Renato S.; REIS, Márcio Carneiro dos. Conceitos e princípios de segurança alimentar e nutricional. In: ROCHA, Cecília; BURLANDY, Luciene; MAGALHÃES, Rosana (org.). **Segurança alimentar e nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Editora FIOCRUZ: Rio de Janeiro. 2013.

MENEZES, Sonia de. Souza Mendonça; SILVA, Paulo Adriano Santos; SILVA, Heberly Ruan Conceição. Configuração espacial da geografia alimentar em Sergipe. **Confin** [on-line], v. 40, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confin/20412>. Acesso em: 18 out. 2023.

OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nações Unidas-Brasil, 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 01 nov. 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPARATUBA. **A cidade**. Disponível em: <https://japaratuba.se.gov.br/a-cidade/>. Acesso em: 05 set. 2023.

PREISS, Potira Viegas; SCHNEIDER, Sérgio. Mercados e Segurança Alimentar e Nutricional. In: PREISS, Potira Viegas; SCHNEIDER, Sérgio; COELHO-DE-SOUZA, Gabriela. **A Contribuição Brasileira à Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, V.1, P. 171-190, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/211291/001115755.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 out. 2023.

Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN). **II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil**. II VIGISAN: relatório final. São Paulo (SP): Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN; 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 30 out. 2023.

_____. **I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil**. I VIGISAN: relatório final. São Paulo (SP): Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN; 2020. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 30 out. 2023.

ROVER, José Oscar; DAROLT, Moacir Roberto. Circuitos Curtos de comercialização como inovação social que valoriza a agricultura familiar e agroecológica. In: ROVER, José Oscar; DAROLT, Moacir Roberto (org.). **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social**. Livro digital. Estúdio Sempredo: Florianópolis, 2021. Disponível em: https://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-10/circuitos_curtos_2.pdf. Acesso em: 25 out. 2023.

SALLES-COSTA, Rosana. et al. **Sistemas alimentares, fome e insegurança alimentar e nutricional no Brasil**. Editora FIOCRUZ: Rio de Janeiro. 2022.



SANTOS, Evertton Amorim dos. Insegurança alimentar e nutricional e programa bolsa família: estudo comparativo com mulheres das comunidades quilombolas e da população geral de Alagoas, Brasil. 2021. 108 f. **Tese** (doutorado em Ciências da Saúde) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2021. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/16848>. Acesso em: 06 nov. 2023.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago/dez. 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977/6250>. Acesso em: 20 out. 2023.

SOUZA, Suzane Tosta; SANTOS, Jânio Roberto Diniz dos; MENEZES, Sócrates Oliveira. Renda da terra: conceito central para os estudos em geografia agrária. **PEGADA**. V 20, n 1. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/5817>. Acesso em: 31 out. 2023.